



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

Saúde

SNS  
SISTEMA NACIONAL  
DE SAÚDE



Hospital da  
Senhora da Oliveira  
**GUIMARÃES** EPE

**25 anos ao seu dispor**

[www.hospitaldeguimaraes.min-saude.pt](http://www.hospitaldeguimaraes.min-saude.pt)



**PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2016**

## Índice

<b>Sumário Executivo .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Enquadramento do Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE .....</b>	<b>3</b>
1.1 Caracterização .....	3
1.2 Área de influência .....	4
1.3 Posicionamento Estratégico .....	5
1.4 Orientação Estratégica .....	7
<b>2. Atividade Prevista e Recursos .....</b>	<b>8</b>
2.1 Atividade Assistencial Prevista .....	8
2.2 Recursos Humanos .....	11
2.3 Recursos Físicos .....	14
<b>3. Demonstrações Financeiras Previsionais .....</b>	<b>15</b>
3.1 Plano de Investimentos / Financiamentos .....	19
3.2 Demonstração de Resultados Previsional .....	21
3.3 Balanço Previsional .....	22
3.4 Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional .....	24
<b>4. Declaração de conformidade OE2016 .....</b>	<b>25</b>
<b>5. Aprovação do Mapa de Pessoal OE2016 .....</b>	<b>26</b>
<b>6. Parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos previsionais de gestão .....</b>	<b>27</b>

## Sumário Executivo

O plano de atividades e orçamento que se apresenta, detalha as iniciativas a desenvolver e os objetivos a alcançar pelo Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E. (HSOG) no ano de 2016, tendo sido preparado nos termos do nº6 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Na elaboração deste documento foram tidas em conta as principais recomendações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças nesta matéria, designadamente as constantes no Ofício nº 5536 de 23 de setembro de 2015.

O projeto de orçamento para 2016 foi elaborado de acordo com a informação financeira em POCMS e rege-se pela Lei do Enquadramento Orçamental, em coerência com as orientações emitidas pelas respetivas tutelas e entidades coordenadoras do Programa Orçamental.

Para efeitos de comparabilidade são incluídos os valores reais do exercício de 2014 e os valores estimados para o exercício de 2015, bem como alguns indicadores relevantes para o horizonte temporal 2016-2018 (por ex. endividamento). O documento inclui ainda o plano de investimentos para o triénio.

O Conselho de Administração do Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E. procurará manter-se fiel à missão de prestar cuidados de saúde de qualidade a todos os que recorrem aos nossos serviços. Para tal continuarão a ser tomadas medidas com vista à eficiência de processos. Estas medidas estarão em linha com aquilo que vier a ser seguido no que respeita ao cumprimento de alguns objetivos, como sejam cumprir os TMRG gerindo as listas de espera para consultas, cirurgias e MCDT de forma adequada e atempada, ou o atendimento de utentes referenciados pelos Cuidados de Saúde primários independentemente da sua localização geográfica.

## 1. Enquadramento do Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO

Em 2007, o Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de Fevereiro, procedeu à criação do Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E, por fusão do Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães, E. P. E. (HSOG), com o Hospital de São José - Fafe.

No âmbito do processo de devolução dos hospitais pertencentes às misericórdias geridos por estabelecimentos ou serviços do Serviço Nacional de Saúde nos termos do Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro, foi celebrado um acordo de cooperação relativamente ao Hospital de São José - Fafe. Deste modo, a 01 de janeiro de 2015 o Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E., passou a integrar apenas o Hospital de Guimarães, pelo que deixou de constituir um verdadeiro centro hospitalar, que pressupõe a existência de vários estabelecimentos hospitalares.

Neste contexto, pelo Decreto-Lei n.º 177/2015 de 25 de agosto de 2015, foi ajustada a denominação à realidade substantiva mediante a alteração da denominação do Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E., retomando a denominação anterior de Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães, E. P. E. Em 2016, o HSOG, E.P.E. continuará a assegurar a prestação de serviços a todos os doentes da área de influência do Hospital de Fafe, nas valências em que esta entidade não tem capacidade de resposta (praticamente toda a área cirúrgica e área médica especializada).

O capital estatutário do HSOG é detido na totalidade pelo Estado e pode ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde, sendo que em 2016 se encontra realizado pelo valor total de 67,23M€.

O HSOG rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades previstas no Decreto -Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 15/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, bem como pelos respetivos regulamentos internos e normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde.

## 1.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA

O Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães E.P.E, tem como missão prestar cuidados de saúde de qualidade à população da sua área de influência que ronda os 254 000 habitantes<sup>1</sup>, assegurando o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro de eficiência e de eficácia, e tendo ao seu serviço cerca de 1 600 profissionais.

O HSOG, com sede em Guimarães, presta assistência direta à população dos concelhos de Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto, Vizela e Mondim de Basto.



Atua ainda como referência para outros concelhos, nomeadamente Famalicão, Felgueiras e Celorico de Basto em áreas específicas em que atua como referência de excelência para o norte do país.

<sup>1</sup> População residente por município da área de influência direta (Guimarães, Fafe, Vizela, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto).  
Fonte de dados: INE-Anuário Estatístico da Região Norte 2013, publicado a 19 de dezembro de 2014.

### 1.3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

---

#### **VISÃO**

Ser um exemplo na prestação de cuidados de saúde a nível nacional e internacional, com uma perspetiva de crescimento sustentável, comprometimento, sentido de mudança e diferenciação, ambicionando a criação de valor para todos os seus públicos, tornando-se referência no setor da saúde.

---

#### **MISSÃO**

O HSOG tem como missão prestar os melhores cuidados de saúde, com elevados níveis de competência, excelência e rigor, fomentando a formação pré e pós-graduada e a investigação, respeitando sempre o princípio da humanização e promovendo o orgulho e sentido de pertença de todos os profissionais.

---

#### **VALORES E PRINCÍPIOS**

Nove valores fundamentais estão na base da cultura do Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE: Competência; Humanismo; Paixão; Rigor; Transparência; União; Solidariedade; Ambição e Dedicação.

No exercício da sua atividade, o HSOG e os profissionais que constituem a sua equipa de trabalho, observam e orientam-se pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento da dignidade e do caráter singular de cada pessoa que o habita;
- b) Centralidade do doente e promoção da saúde na comunidade;
- c) Postura e prática com elevados padrões éticos;
- d) Respeito pela natureza e procura de práticas ecologicamente sustentáveis.

A partilha da missão e dos valores por todas as pessoas que colaboram na instituição materializa-se nas melhores práticas diárias para alcançar a excelência dos resultados. Por forma a cumprir a sua Missão, o HSOG, através dos seus colaboradores, assume o compromisso de:

**Mais Qualidade e Eficiência** – A nossa ambição é todos dias inovarmos e sermos mais competentes e eficientes. Devemos utilizar criteriosamente os meios colocados à nossa disposição, assegurando que este deve ser o espírito que norteia diariamente todos os comportamentos;



**Foco no Doente** – Continuamente devemos identificar quais as suas necessidades e como podemos melhorar a nossa prestação de cuidados de saúde, e o nosso relacionamento;

**Melhoria do acesso** - Permanente busca de oportunidades de aumento e aproveitamento da capacidade instalada, fundamentalmente por reorganização de meios;

**Mais Investigação e Desenvolvimento** – O Estatuto de Instituição de ensino universitário que forma os alunos com os melhores índices académicos deve ser alavanca para a afirmação enquanto foco de conhecimento e envolvimento em projetos de investigação.

A garantia da qualidade dos cuidados de saúde prestados à população é um vetor essencial para o Hospital, sendo entendida como uma estratégia de desenvolvimento para toda a sua atividade. O HSOG tem dado importantes passos no sentido da melhoria contínua, com a acreditação pelo sistema de qualidade da Joint Commission International (JCI) em dezembro de 2008, tendo revalidado a certificação em maio de 2012 e atualmente encontra-se em curso o processo de re-acreditação considerado estratégico para o desenvolvimento da missão do Hospital.

## Análise do ambiente interno e externo (SWOT)

### Pontos Fortes

- Dinamização da contratualização interna;
- Serviços clínicos de excelência, reconhecidos pela comunidade;
- Cultura de qualidade muito presente, assente no certificado de re-acreditação pela *Joint Commission International* (JCI);
- Articulação com a Universidade do Minho;
- Hospitalização domiciliária, em articulação com CSP, com RNCCI e com a comunidade;

### Pontos Fracos

- Insuficiente avaliação sistemática da produtividade dos recursos;
- Equipamentos e instalações com problemas de desatualização tecnológica;
- Incapacidade de gestão das listas de espera.

### Oportunidades

- Internalização de MCDT's;
- Doentes referenciados de outros hospitais;
- Novas regras Programa PMA;
- Programa para redução das taxas de cesarianas;
- Possibilidade que os centros de saúde em articulação com os utentes, possam referenciar para qualquer unidade hospitalar da região;
- Constituição e princípios genéricos de incentivo à atividade realizada pelos centros de referência nacionais, designadamente para diagnóstico e tratamento de doenças raras.

### Ameaças

- Gestão das listas de espera;
- Medicamentos não financiados;
- Alteração do modelo de pagamento do Serviço de Urgência;
- Centralização do processo de aquisição;
- Penalizações associadas ao Contrato-Programa;
- Responsabilização financeira do Hospital pela não prestação de cuidados cirúrgicos atempados.

## 1.4 ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

### Grandes linhas de orientação estratégica

- Adequar os serviços a prestar às necessidades da população da sua área de influência, respondendo de forma mais eficaz e eficiente à procura potencial e reajustando a sua carteira de serviços às características da população a servir, potenciando as atuais áreas de excelência da Instituição;
- Colocar o Cidadão no centro do sistema, reforçando a sua importância em todo o circuito hospitalar, promovendo a sua participação ativa nas decisões de saúde e incrementando, por esta via, o seu grau de satisfação;
- Promover a qualidade em saúde através da prestação de cuidados de saúde acessíveis e equitativos, com elevado nível profissional, tendo em conta os recursos disponíveis e contribuindo também assim para a satisfação do utente;
- Dinamizar a investigação clínica e promover o estreitamento das relações com o meio universitário no sentido de contribuir para a diferenciação no desempenho e nos cuidados prestados aos doentes que procuram os seus serviços, para melhorar a motivação dos profissionais do Hospital e visando que este se assuma gradualmente como um centro de saber e não “apenas” num local de prestação de serviços de saúde;
- Focar a Instituição nos seus processos críticos de gestão, reforçando os mecanismos de contratualização interna e desenvolvendo o esforço de alinhamento dos seus profissionais;
- Melhorar a adaptar as tecnologias e os sistemas de informação à prossecução da missão do Hospital, contribuindo para a melhoria global dos seus níveis de eficiência;
- Melhorar os níveis de eficiência e garantir o equilíbrio económico-financeiro estrutural.



## 2. Atividade Prevista e Recursos

### 2.1 ATIVIDADE ASSISTENCIAL PREVISTA

As projeções para 2016 consideraram o histórico de atividade assistencial e as medidas a implementar na sequência das orientações associadas à Reforma do SNS na área dos Cuidados de Saúde Hospitalares. De seguida, apresenta-se o plano de atividades do HSOG previsto para o triénio 2016-2018, tendo em conta os valores previstos no Plano Estratégico.

	2016		2017		2018	
	Produção Total	Produção SNS	Produção Total	Produção SNS	Produção Total	Produção SNS
<b>Consultas Externas</b>						
<b>Nº Total Consultas Médicas</b>	<b>260.505</b>	<b>257.500</b>	<b>256.082</b>	<b>253.000</b>	<b>256.082</b>	<b>253.000</b>
<b>Primeiras Consultas</b>	<b>78.772</b>	<b>78.000</b>	<b>76.747</b>	<b>76.000</b>	<b>76.747</b>	<b>76.000</b>
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	31.155	31.000	31.022	31.000	31.022	31.000
Primeiras Consultas (sem majoração de preço)	47.617	47.000	45.725	45.000	45.725	45.000
<b>Consultas Subsequentes</b>	<b>181.733</b>	<b>179.500</b>	<b>179.335</b>	<b>177.000</b>	<b>179.335</b>	<b>177.000</b>
Consultas Subsequentes (sem majoração de preço)	181.733	179.500	179.335	177.000	179.335	177.000
<b>Internamento</b>						
<b>GDH Médicos</b>	<b>14.352</b>	<b>14.100</b>	<b>15.870</b>	<b>15.000</b>	<b>15.870</b>	<b>15.000</b>
<b>GDH Cirúrgicos</b>	<b>6.097</b>	<b>5.810</b>	<b>4.457</b>	<b>4.400</b>	<b>4.457</b>	<b>4.400</b>
GDH Cirúrgicos Programados	3.758	3.610	2.420	2.400	2.420	2.400
GDH Cirúrgicos - Urgentes	2.339	2.200	2.037	2.000	2.037	2.000
<b>Urgência</b>						
Total de Atendimentos	118.692	113.673	128.006	122.687	128.006	122.687
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	105.448	100.834	113.322	108.466	113.322	108.466
<b>Hospital de Dia</b>						
Imuno-hemoterapia	1.658	1.641	1.524	1.500	1.524	1.500
Psiquiatria (Adultos e Infância e Adolescência)	1.728	1.728	2.185	2.185	2.185	2.185
Base (Pediatria+Pneumologia+Oncologia s/ Químio+Outros)	17.178	17.000	18.532	18.500	18.532	18.500
<b>Serviços Domiciliários</b>						
Total de Domicílios	1.000	1.000	1.303	1.300	1.303	1.300
<b>GDH Ambulatório</b>						
GDH Médicos	6.647	6.643	6.165	5.900	6.165	5.900
GDH Cirúrgicos	4.554	3.950	2.301	2.300	2.301	2.300
<b>Programas de Saúde</b>						
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	1.839	1.839	1.700	1.700	1.700	1.700
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos II	300	300	300	300	300	300
VIH/Sida - Total de Doentes	270	270	300	300	300	300
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	279	279	272	268	272	268
Hepatite C - N.º Doentes em Tratamento	55	55	103	103	103	103
<b>Doenças Lisossomais</b>						
Doença de Gaucher	1	1	1	1	1	1
Doença de Fabry	38	38	57	57	57	57
Doença de Hurler	1	1	1	1	1	1
Doença de Pompe	1	1	1	1	1	1
Doença de Niemann-Pick			1	1	1	1

	2016		2017		2018	
	Produção Total	Produção SNS	Produção Total	Produção SNS	Produção Total	Produção SNS
<b>Diag. e Tratamento Infertilidade</b>						
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	416	416	400	400	400	400
N.º Induções da Ovulação	7	7	16	16	16	16
N.º Inseminações Intra-Uterinas	175	175	169	169	169	169
N.º Fertilizações In Vitro	150	150	164	164	164	164
N.º Injeções Intracitoplasmáticas de Espermatozoides	125	125	108	108	108	108
N.º Injeções Intracitoplasmáticas de Espermatozoides recolhidos cirurgicamente	11	11	13	13	13	13
<b>Medicamentos</b>						
Disp. Gratuita em Ambul. c/ suporte legal e da responsabilidade financeira do Hospital (patologias abrangidas pelo contrato-programa)	2.416.839	2.416.839	1.548.735	1.548.735	1.548.735	1.548.735

Fonte: SICA

Será de referir que o histórico de negociação do contrato programa anual tem demonstrado que se considera o financiamento atribuído no ano anterior como referencial para o contrato programa do ano seguinte. Alertamos que caso se mantenha incluído nesse cálculo as atividades sub-financiadas (distribuição gratuita de medicação, DSL, ineficiência na colocação de doentes na RNCCI, entre outros), será de ponderar a revisão do modelo de financiamento para que incorpore as verbas necessárias à compensação destas atividades.

Em 2016, o HSOG assume o compromisso de assegurar a prestação de serviços a todos os cidadãos que necessitem de uma primeira consulta de especialidade hospitalar e que, em articulação com o médico de família responsável pela referenciação, optem pelo HSOG, de acordo com Sistema Integrado de Gestão do Acesso no SNS (SIGA SNS) conforme disposto na Circular Informativa Conjunta nº 21/2016/ACSS/SPMS, de 1 de junho.

De acordo com as orientações e objetivos de gestão, previstos no art. 39º do DL nº 133/2013 de 3 de outubro, apresentam-se abaixo as metas para 2016:

Objetivos Nacionais	Pesos Relativos (%)	Meta
	60,00	
<b>A. Acesso</b>	15,00	
A.1 Percentagem das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)	2,00	30,0
A.2 Peso das consultas externas médicas com registo de alta no total de consultas externas médicas (%)	2,00	15,0
A.3.1 Percentagem de utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado (%)	3,00	70,0
A.3.2 Percentagem de inscritos em LIC (neoplasias malignas) com tempo de espera ≤ TMRG (%)	2,00	97,0
A.3.3 Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	2,00	2,9
A.3.4 Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	2,00	65,0
A.3.5 Permilagem de doentes sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados (%)	2,00	120,00
<b>B. Desempenho Assistencial</b>	25,00	
B.1 Percentagem de reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	2,00	4,59
B.2 Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo (%)	2,00	1,45
B.3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas (%)	2,00	65,00
B.4 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) – para procedimentos ambulatorizáveis	2,00	75,0
B.5 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	2,00	7,4
B.6 Índice de Demora Média Ajustada	3,00	1,0000
B.7 Índice de Mortalidade Ajustada	3,00	0,9600
B.8 Índice de risco e segurança do doente	6,00	8
B.9 Percentagem de embalagens de medicamentos genéricos prescritos, no total de embalagens de medicamentos prescritos	3,00	53,5
<b>C. Desempenho Económico/Financeiro</b>	20,00	
C.1 Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE (selecionados), no Total de Custos com Pessoal (€)	5,00	13,5
C.2 Resultado antes juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)	5,00	-10.919.522,00
C.3 Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	5,00	0,00
C.4 Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais (%)	5,00	10,0

Objetivos Regionais	Pesos Relativos (%)	Meta
	40,00	
Via Verde AVC - % de casos com diagnóstico principal de AVC Isquémico (%)	5,50	2,00
Rácio Consultas Médicas / Urgências (%)	5,50	2,60
Taxa de Referência para a RNCCI (%)	6,00	8,20
Tempo de espera para triagem média da consulta externa	6,00	25,00
Garantir o início do tratamento da Retinopatia Diabética em 30 dias (%)	5,50	1,00
Implementação das Equipas inter-hospitalares de cuidados paliativos	5,50	100,00
Prevenção e Controlo da Infecção e de Resistências aos Antimicrobianos	6,00	100,00

Fonte: SICA

### Objetivos de Desempenho do Serviço de Urgência

	Pesos Relativos (%)	Meta
U.1 Variação percentual de episódios de urgência com prioridade verde/azul/branca	25,00	-3,70
U.2 Variação percentual de episódios de urgência com internamento	25,00	-4,00
U.3 Variação percentual de utilizadores frequentes (>4 episódios)	25,00	-1,50
U.4 Rácio Consultas Externas/Atendimentos em Urgência	25,00	2,60

## 2.2 RECURSOS HUMANOS

Tendo por base a estratégia e os objetivos estabelecidos, nomeadamente no que respeita à redução dos Contratos de Prestação de Serviços, adotou-se um reforço do quadro de pessoal do HSOG para 2016, prevendo-se a seguinte evolução:

### Evolução do efetivo de RH

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2014 e 31/12/2014	Ocorridos entre 01/01/2015 e 31/12/2015	Previstos entre 01/01/2016 e 31/12/2016
	1 de janeiro:	1 de janeiro:	1 de janeiro:
(1) Início do período:	1577	1530	1476
(2) Entradas	152	198	77
Alterações de leis orgânicas	0	0	0
Mobilidade	0	0	0
Regresso	2	39	0
Admissões externas a serviços Adm. Central	0	0	0
Outros motivos	150	159	77
(3) Saídas	199	252	13
Alterações de leis orgânicas	0	0	0
Aposentações	68	8	4
Rescisões	63	95	0
Mobilidade	8	4	0
Requalificação	0	0	0
Outros motivos	60	145	9
	31 de dezembro:	31 de dezembro:	31 de dezembro:
(4)=(1)+(2)-(3) Fim do período:	1530	1476	1540
Por memória:			
Varição (4)-(1)	-47	-54	64
Varição em % (4)/(1)	-2,98%	-3,53%	4,34%

Fonte: SIGO

A distribuição dos recursos humanos por grupo profissional é a seguinte:

Designação da Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos		
	2014	2015	2016
Dirigente Superior de 1º Grau	1	1	1
Dirigente Superior de 2º Grau	4	4	4
Técnico superior	39	29	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	152	128	123
Assistente operacional, operário, pessoal auxiliar	320	287	305
Informático	7	5	6
Educ. Infância e doc.do ens. Básico e secundário	2	2	2
Médico	326	379	395
Enfermeiro	559	537	559
Téc. Diagnóstico e terapêutica	108	94	98
Técnico superior de saúde	12	10	10
<b>TOTAL</b>	<b>1.530</b>	<b>1.476</b>	<b>1.540</b>

De seguida, apresenta-se a evolução do orçamento de despesa com pessoal por grupo profissional:

Unidade: € e %

Designação da Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Total das Despesas com Pessoal		
	2015 Projeção da Execução	2016 Proposta OE	Var. 2016/2015
Dirigente Superior de 1º Grau	79.297	79.297	0,0%
Dirigente Superior de 2º Grau	351.450	351.450	0,0%
Técnico superior	964.097	1.141.163	18,4%
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1.804.061	1.749.415	-3,0%
Assistente operacional, operário, pessoal auxiliar	3.182.035	3.433.577	7,9%
Informático	167.823	188.238	12,2%
Educ. Infância e doc.do ens. Básico e secundário	51.674	51.674	0,0%
Médico	19.601.564	20.360.801	3,9%
Enfermeiro	13.361.030	13.926.186	4,2%
Téc. Diagnóstico e terapêutica	2.119.401	2.194.656	3,6%
Técnico superior de saúde	375.351	375.351	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>42.057.783</b>	<b>43.851.808</b>	<b>4,3%</b>

Fonte: SIGO

A orçamentação das remunerações foi realizada com base nos vencimentos de novembro de 2015 e a orçamentação da despesa (independentemente da data em que se planeia fazer a contratação) inclui, nomeadamente, os seguintes itens:

- Catorze meses de remunerações certas e permanentes e de outras despesas de natureza certa e permanente;
- A prestação de trabalho em horário normal, ou horário parcial;
- Os suplementos, subsídios ou outros itens;
- A contribuição da entidade patronal para a Segurança Social ou CGA, de acordo com a taxa contributiva aplicável.

A previsão do mapa de pessoal para o ano de 2016, foi elaborada no estrito cumprimento dos princípios gerais de gestão criteriosa e de sustentabilidade económico-financeira, tendo resultado, para o desenvolvimento das atividades para esse ano, na necessidade do preenchimento de alguns postos de trabalho face ao número de trabalhadores em exercício de funções em novembro de 2015, nomeadamente:

- 12 postos de trabalho da carreira médica e categoria de assistente hospitalar para preenchimento de vagas carenciadas identificadas nas 1.ª e 2.ª épocas de 2015 ;
- 1 posto de trabalho da carreira médica para o exercício de funções de Direção do Serviço de Urgência deste hospital;

- 2 postos de trabalho da carreira médica e categoria de assistente hospitalar para o exercício de funções na Unidade de Cuidados Intensivos;
- 1 posto de trabalho da carreira médica e categoria de assistente hospitalar para o Serviço de Dermatologia;
- 3 postos de trabalho da carreira médica e categoria de assistente hospitalar para o Serviço de Urologia, Oftalmologia (a tempo parcial 18 horas) e Serviço de Ortopedia (Urgência);
- 1 posto de trabalho para a categoria de técnico de informática;
- 1 posto de trabalho para a categoria de TDT da área de farmácia; 1 posto de trabalho para a categoria de TDT da área de cardiopneumologia; 1 posto de trabalho de TDT para a área ortóptica e um posto de trabalho para nutricionista;
- 6 postos de trabalho para a carreira de enfermagem e categoria de enfermeiro;
- 19 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional;
- 1 posto de trabalho para técnico superior para o exercício de funções no Centro Integrado do Controlo do Negócio.

Este hospital submeteu já vários desses pedidos de contratação para o ano de 2016, a despacho de concordância do Sr. Secretário de Estado da Saúde, sendo que alguns deles foram já avaliados e aprovados, porquanto visam colmatar efetivas e urgentes carências de recursos humanos.

Na elaboração da proposta de Orçamento para 2016, foi dado cumprimento ao disposto no art.º 41 da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro (não atribuição de prémios de gestão), bem como ao previsto no art.º 12 da Lei 12-A/2010 (manutenção da aplicação da redução de 5%).

No âmbito dos benefícios pós-emprego, não é aplicável o pagamento de complementos às pensões atribuídas por um qualquer dos sistemas de proteção social.



## 2.3 RECURSOS FÍSICOS

### Lotação Praticada no Internamento

	2016	2017	2018
<b>Especialidades Médicas</b>	<b>205</b>	<b>205</b>	<b>205</b>
Cardiologia	17	17	17
Dermato-Venereologia	1	1	1
Gastroenterologia	6	6	6
Medicina Interna	111	111	111
Neonatologia	12	12	12
Neurologia	13	13	13
Pediatria	23	23	23
<b>Psiquiatria e Abuso de Substâncias</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Agudos	12	12	12
Pneumologia	10	10	10
<b>Especialidades Cirúrgicas</b>	<b>195</b>	<b>187</b>	<b>187</b>
Angiologia e Cirurgia Vascular	8	8	8
Cirurgia Geral	66	66	66
Ginecologia	14	9	9
Obstetrícia	38	35	35
Ortopedia	52	52	52
Otorrinolaringologia	7	7	7
Urologia	10	10	10
<b>U.C.I.</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
U.C.I. Coronários	8	8	8
U.C.I. Polivalente	6	6	6
U.C.I. Recém Nascidos	5	5	5
Berçário	30	30	30
<b>Sub-Total UCI e UC Intermédios</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
<b>Sub-Total Especialidades Médicas</b>	<b>205</b>	<b>205</b>	<b>205</b>
<b>Sub-Total Especialidades Cirúrgicas</b>	<b>195</b>	<b>187</b>	<b>187</b>
<b>TOTAL (s/ Berçário, Quartos Particulares, Lar Doentes e Cuidados Paliativos Rede)</b>	<b>419</b>	<b>411</b>	<b>411</b>

Fonte: SICA

### Instalações - Salas, Camas e Gabinetes

	2016	2017	2018
Gabinetes de Consulta Externa	91	91	91
Salas de Pequena Cirurgia da Consulta Externa	1	1	1
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Urgente	1	1	1
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Convencional	6	6	6
Salas Bloco Operatório - Cirurgia Ambulatória	4	4	4
Salas no Bloco de Partos	1	1	1
Camas de Hospital de Dia	7	7	7
Cadeirões de Hospital de Dia	28	28	28
Camas da Unidade de Recobro	15	15	15

Fonte: SICA

### 3. Demonstrações Financeiras Previsionais

No âmbito do definido no n.º 5 do artigo 2º da Lei n.º 91/2001, de 20 de novembro, alterada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de novembro (8ª alteração à Lei do Enquadramento Orçamental), o Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E. P. E. integra o setor institucional das Administrações Públicas como Entidade Pública Reclassificada da Administração Central.

Enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado desde 2015, o HSOG elaborou o Orçamento para 2016 nos termos das orientações da Circular nº 1379 da Direção Geral do Orçamento de 18 de Dezembro de 2015. Foram ainda consideradas as instruções constantes no Ofício Circular nº 13734/2015/DFI/UOC/ACSS e no Ofício Circular nº 13709/2015/DFI/UOC/ACSS, onde foi estabelecido o valor do adiantamento do contrato programa a considerar no orçamento de caixa, bem como outros pressupostos orçamentais tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2016.

As previsões orçamentais relativas a custos com pessoal tiveram por base o quadro de pessoal aprovado de princípio (ver ponto 5.) e as orientações fixadas pela tutela a novembro de 2015, nomeadamente:

- Redução de 20% nos cortes entre 3,5% e 10%, aplicados aos salários da função pública a partir dos 1.500€ mensais, nos termos da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- Aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida para 530€, estabelecido no Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Acordo para o reposicionamento dos salários dos enfermeiros para o valor de 1.201,48€.

#### Pressupostos Macroeconómicos

Assume-se os seguintes valores para a taxa de inflação no período projetado.

Unidade: %

	2016	2017	2018
Taxa de Inflação	1,300	1,016	1,016

## Princípios Financeiros – Referências para 2016

### EBITDA

Unidade: € e %

	2016 Proposta OE	2015 Projeção da Execução	2014 Execução	Var. 2016/2015	Var. 2016/2014
EBITDA	-10.495.019	-4.410.936	1.494.084	137,9%	-802,4%

### Gastos operacionais/volume de negócios e comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento

Unidade: € e %

	2016 Proposta OE	2015 Projeção da Execução	2014 Execução	2013 Execução	2012 Execução	2011 Execução	2010 Execução	Var. 2016/ 2010	Var. 2016/ 2015	Var. 2016/ 2014
CMVMC (1)	36.186.236	33.229.799	25.856.330	24.396.416	23.366.479	25.782.929	26.451.402	36,8%	8,9%	40,0%
FSE (2)	12.093.973	12.093.973	10.702.214	11.055.709	13.590.401	12.111.307	13.581.224	-11,0%	0,0%	13,0%
Deslocações / Estadas	1.797	1.797	3.251	3.822	8.349	12.750	11.564	-84,5%	0,0%	-44,7%
Ajudas de custo	1.308	769	976	970	686	2.166	2.389	-45,3%	70,1%	34,0%
Comunicações	112.759	112.759	139.302	149.650	150.790	162.337	188.098	-40,1%	0,0%	-19,1%
Gastos com Pessoal (3)	43.855.365	42.374.994	44.500.312	44.455.495	42.923.465	44.355.970	48.491.496	-9,6%	3,5%	-1,4%
Total Gastos [(4) = (1)+(2)+(3)]	92.135.575	87.698.766	80.996.206	79.900.889	79.870.879	82.232.940	88.503.693	4,1%	5,1%	13,8%
Volume de Negócios <sup>1</sup> (5)	83.490.014	85.137.289	86.748.795	78.084.214	77.509.093	78.297.246	84.159.542	-0,8%	-1,9%	-3,8%
Peso dos Gastos/VN [(4)/(5)]	110,4%	103,0%	93,4%	102,3%	103,0%	105,0%	105,2%	4,9%	7,1%	18,2%

Nota: <sup>1</sup> Montante global da conta 7 Custos e Proveitos.

O disposto no n.º 1 do artigo 60.º e no n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não se aplica aos hospitais entidades públicas empresariais.

Para o exercício de 2015 estima-se um resultado líquido negativo de 7,01M€ que compara com os 0,15M€ positivos registados em 2014, refletindo-se num EBITDA que atingirá os 4,41M€ negativos comparativamente aos 1,49M€ positivos em dezembro de 2014.

O ano de 2014 foi histórico. Efetivamente, pela primeira vez em 30 anos o CHAA/HSO teve resultados financeiros positivos. De referir que em 2014, com carácter de excecionalidade e com vista a adequar a estrutura de gastos ao sistema de preços praticado, foi atribuída ao Hospital (a) uma verba de convergência no montante de 2,39M€ para compensação da decisão do TC relativa à reposição dos cortes nos vencimentos e (b) a importância de 2,90M€, como verba de convergência relativa a medidas extraordinárias para reequilíbrio financeiro.

O facto mais relevante a realçar no ano 2015 prende-se com a desagregação do Centro Hospitalar do Alto Ave, e consequente entrega da Unidade de Fafe à Santa Casa da Misericórdia, passando o Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE a funcionar autonomamente. Os efeitos a nível da atividade assistencial decorrentes desta transformação revelaram que o Hospital de Guimarães garantiu resposta à procura da região. Deste modo, o Contrato Programa celebrado com a tutela para 2015 traduziu-se num forte desafio, uma vez que as regras superiormente definidas obrigaram, por um lado, à continuidade de garantia de idêntico nível de qualidade/eficiência e, por outro lado, a reduções consideráveis da produção contratada.

Para 2016, prevê-se resultados negativos de 10,9M€ e um agravamento do EBITDA que atingirá os 10,5M€ negativos. De referir que se prevê um aumento dos consumos com produtos farmacêuticos, refletindo a estimativa de crescimento exponencial do número de doentes em terapêutica das Doenças Lisossomais de Sobrecarga. Atualmente, esta é uma linha de produção inserida no Acordo Modificativo assinado anualmente pela instituição, mas cujo início de tratamento farmacológico é da competência da Comissão Nacional de Tratamento de Doenças Lisossomais de Sobrecarga, não decorrendo por isso de nenhuma opção de produção por parte do HSOG. De referir ainda que, face aos gastos suportados pelo HSOG com medicamentos, o impacto destes encargos ao longo do ano 2016 dependerá dos esforços desenvolvidos diretamente pela tutela junto da indústria farmacêutica (Ministério da Saúde e Apifarma).

O orçamento económico para 2016 incorpora ainda o acréscimo de despesas com pessoal que se irá verificar por via da (a) progressão de 8 assistentes hospitalares graduados para a categoria de assistente graduado sénior nas especialidades de otorrinolaringologia, medicina interna (2), pediatria, ortopedia, oftalmologia, cardiologia e cirurgia geral; (b) da requalificação de 5 assistentes técnicos e um assistente operacional na carreira e categoria de técnico superior; e da (c) retoma de funções de 1 técnico superior ausente por cedência de interesse público.

### *Frota Automóvel*

Numa ótica global da instituição, apresenta-se no quadro seguinte os gastos associados à frota automóvel do HSOG, composta por 2 ambulâncias, 1 viatura de apoio domiciliário, 2 carrinhas de 9 lugares que asseguram o transporte de doentes e 1 carrinha comercial para transporte de produtos e materiais.

Unidade: € e %

	2016 Proposta OE	2015 Projeção da Execução	2014 Execução	Var. 2016/2015	Var. 2016/2014
Nº de Viaturas	6	6	5	0,0%	20,0%
Gastos com Viaturas	21.993	18.238	24.895	18,1%	-11,7%

Consideram-se gastos com a frota automóvel as despesas afetas a seguros, reparação das viaturas, custos com combustíveis e o pagamento de impostos e taxas. Face à idade, número de quilómetros e tempo de desgaste dos veículos que compõem a frota automóvel do HSOG, é expetável que os gastos com os mesmos aumentem.

### *Evolução do Endividamento*

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes para avaliar o nível de endividamento do HSOG:

Rácios	2016	2017	2018
Rácio de Endividamento <sup>1</sup>	1,45	1,92	2,43
Rácio de Endividamento Corrente <sup>2</sup>	0,96	1,44	1,93
Custo do Passivo Remunerado <sup>3</sup>	0	0	0
Passivo Remunerado	0	0	0

Notas:

<sup>1</sup> Passivo total / Ativo total

<sup>2</sup> Passivo de curto prazo / Ativo total

<sup>3</sup> Juros suportados / Passivo Remunerado

Considerando que os valores elevados do Passivo são exigível de curto prazo e que o Ativo não é suficiente para cobrir os valores previstos, esta situação a manter-se, coloca dificuldades de tesouraria e na capacidade de responder aos compromissos de curto prazo.

O HSOG não prevê recorrer a endividamento, estando a contratação deste tipo de instrumentos financeiros dependente da aprovação da tutela.

### *Esforço Financeiro Público*

Unidade: €

Esforço Financeiro Público	2016	2017	2018
Indemnizações Compensatórias			
Subsídios ao Investimento	150.552	1.043.052	1.043.052
PIDDAC			
FEDER	150.552	1.043.052	1.043.052
Fundo de Coesão			
Outros Comunitários			
Outros Nacionais			
Dotações de Capital	0	0	0
Assunção de Passivos			
Regularização de Situações do Passado			
Pagamentos do Estado em Execução de Garantias			
Empréstimos Diretos do Tesouro			
Outras operações públicas não reembolsáveis			
Outras operações públicas reembolsáveis			
<b>Total</b>	<b>150.552</b>	<b>1.043.052</b>	<b>1.043.052</b>
Esforço Financeiro OE (bruto)	150.552	1.043.052	1.043.052
Dividendos			
<b>Esforço Financeiro OE (líquido)</b>	<b>150.552</b>	<b>1.043.052</b>	<b>1.043.052</b>
Garantia de Empréstimos			
Concedidas no Ano			
Stock de garantias concedidas			
Acréscimo líquido no ano			

### 3.1 PLANO DE INVESTIMENTOS / FINANCIAMENTOS

O plano de investimentos previsto para 2016, foi reduzido ao mínimo imprescindível, na maioria dos casos na sequência da avaria irreversível de equipamento médico fundamental à prática assistencial. Acresce que diversas auditorias de entidades independentes sustentam, aconselham e recomendam, a realização de investimento pelo que este encontra-se relevado no quadro abaixo.

#### Plano de Investimentos 2016-2018 por Rubrica

Unidade: €

Conta	Rubrica	2016	2017	2018
<b>41</b>	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>10.653</b>	<b>25.234</b>	<b>25.234</b>
41541	Fundo compensação trabalho (FCT)	10.653	25.234	25.234
<b>42</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	<b>2.319.567</b>	<b>2.891.763</b>	<b>2.891.763</b>
421	Terrenos	0	0	0
422	Edifícios	336.555	1.500.846	1.500.846
423	Equipamento básico	1.352.339	787.200	787.200
425	Ferramentas e Utensílios	9.040	0	0
4261	Equipamento administrativo	77.211	118.424	118.424
42621	Hardware	198.307	356.075	356.075
42622	Software	116.975	43.118	43.118
429	Outras imobilizações corpóreas	229.140	86.100	86.100
<b>Total</b>		<b>2.330.220</b>	<b>2.916.996</b>	<b>2.916.996</b>

O plano de investimento previsto reflete os grandes projetos assumidos pelo Conselho de Administração, no que respeita essencialmente à obra de remodelação do SUMC e ao projeto de desmaterialização dos processos clínico-administrativos, bem como, o restante investimento essencial à reposição de equipamentos e obras necessárias no normal funcionamento do HSOG.

Este plano assenta em autofinanciamento e cofinanciamento, sendo que o cofinanciamento dos projetos de investimento estará condicionado à aprovação de candidaturas, no âmbito do Programa Portugal 2020.



## Plano de Investimentos 2016-2018 por Projetos e Fontes de Financiamento

Unidade: €

ID	Designação do Projeto	Fontes de Financiamento				Valor Total do Investimento	Dta Prevista Início	Dta Prevista Fim	Comentários
		Feder - Norte 2020	Aumento capital	FF Externa - Outros	FF Própria				
1	Obra remodelação UCIC			170.000		170.000	jan/16	dez/16	Projeto de remodelação da Unidade de Cuidados Intensivos Cardíacos (UCIC), vencedor do apoio do Programa EDP Solidária - Saúde 2015.
2	Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública	273.581			240.604	514.185	jan/16	dez/18	<b>Feder - Norte 2020:</b> Conforme despacho da Comissão Diretiva do COMPETE2020 exarado nas informações nº 07/EIXO V/2015 e 05/EIXO V/2015.
3	Reestruturação do SUMC	892.500	1.300.000		439.296	2.631.796	jan/16	dez/18	<b>Feder - Norte 2020:</b> Aprovação da candidatura NORTE-07-4842-FEDER-000017 "Adaptação e Requalificação do Serviço de Urgência Médico Cirúrgico do Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães, E.P.E", apresentada ao Aviso NORTE-42-2016-04 – Investimentos em Infraestruturas de Saúde; <b>Aumento capital:</b> Nos termos do Despacho nº 10314-B/2015 de 15 de setembro publicado no Diário da República, 2ª série, nº 181 de 16 de setembro.
4	Renovação/substituição - Área MCDT				1.238.610	1.238.610	jan/16	dez/17	Evitar a interrupção da prestação de cuidados.
5	Internalização - Área Cirúrgica				297.478	297.478	jan/16	dez/16	Internalização da prestação de cuidados
6	Inovação - Área MCDT				79.950	79.950	jan/17	dez/17	Melhoria da rentabilização da capacidade instalada comprometida pelas limitações técnicas do equipamento existente.
7	Remodelação contra incêndio				86.100	86.100	jan/17	dez/17	Melhoria da segurança dos doentes e profissionais.
8	Renovação/substituição - Área Mulher e Criança				125.460	125.460	jan/17	dez/17	Evitar a interrupção da prestação de cuidados.
9	Renovação/substituição - Área Cirúrgica				221.400	221.400	jan/17	dez/17	Evitar a interrupção da prestação de cuidados.
10	Melhoria Eficiência	2.370.014			368.099	2.738.113	jan/17	dez/18	O investimento em planeamento será previsivelmente enquadrado no aviso PO SEUR-03-2016-65. De acordo com a OT n.º 4/2016 RE SEUR, o apoio concedido será na totalidade devolvido; prazo de 35 anos; base anual 70% das poupanças geradas. Daí o nível de autofinanciamento apresentado. A poupança anual estimada após a realização de todo o investimento é de 322.930,60€.
<b>TOTAL</b>		<b>3.536.095</b>	<b>1.300.000</b>	<b>170.000</b>	<b>3.096.997</b>	<b>8.103.092</b>			

### 3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

Unidade: €

Contas	2014 Execução	2015 Proj. Exec.	2016 Proposta OE	2017 Projeção	2018 Projeção
<b>CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUM.</b>	<b>25.856.330</b>	<b>33.229.799</b>	<b>36.186.236</b>	<b>35.915.383</b>	<b>36.621.417</b>
Mercadorias	0	0	0	0	0
Matérias de consumo	25.856.330	33.229.799	36.186.236	35.915.383	36.621.417
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>10.702.214</b>	<b>12.093.973</b>	<b>12.093.973</b>	<b>13.592.063</b>	<b>15.291.818</b>
<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>	<b>44.500.312</b>	<b>42.374.994</b>	<b>43.855.365</b>	<b>47.857.208</b>	<b>48.357.208</b>
Remuner. dos órgão diretivos	297.437	289.511	352.413	319.123	319.123
Remunerações de pessoal	35.227.935	33.995.788	35.237.225	38.236.978	38.736.978
Pensões	373.345	77.801	82.841	52.196	52.196
Encargos sobre remunerações	8.148.220	7.756.686	7.974.503	8.908.575	8.908.575
Seguros acid trab e doenç profiss.	177.277	88.231	101.698	247.489	247.489
Encargos sociais voluntários	99.177	55.830	61.993	33.896	33.896
Outros custos com o pessoal	176.921	111.147	44.691	58.950	58.950
<b>TRANSF. CORRENTES CONC. E PREST. SOC.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.968.799</b>	<b>1.587.904</b>	<b>1.587.904</b>	<b>1.904.543</b>	<b>1.904.543</b>
<b>PROVISÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.127.009</b>	<b>1.928.492</b>	<b>61.492</b>	<b>74.209</b>	<b>74.209</b>
<b>OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>	<b>120.604</b>	<b>130.147</b>	<b>130.147</b>	<b>134.522</b>	<b>134.522</b>
(A)	85.275.268	91.345.310	93.915.118	99.477.927	102.383.717
<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS</b>	<b>18.746</b>	<b>3.940</b>	<b>3.940</b>	<b>25.938</b>	<b>25.938</b>
(C)	85.294.014	91.349.250	93.919.059	99.503.866	102.409.655
<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>1.241.557</b>	<b>797.858</b>	<b>490.460</b>	<b>496.757</b>	<b>496.757</b>
(E)	86.535.571	92.147.108	94.409.519	100.000.623	102.906.412
<b>IMPOSTO S/ RENDIMENTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>65.844</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
(G)	86.601.415	92.147.108	94.409.519	100.000.623	102.906.412
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>147.380</b>	<b>-7.009.819</b>	<b>-10.919.504</b>	<b>-15.995.874</b>	<b>-15.924.463</b>
<b>TOTAL</b>	<b>86.748.795</b>	<b>85.137.289</b>	<b>83.490.014</b>	<b>84.004.749</b>	<b>86.981.949</b>
<b>VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>80.260.805</b>	<b>78.480.113</b>	<b>78.323.202</b>	<b>79.460.670</b>	<b>82.437.039</b>
Vendas	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	80.260.805	78.480.113	78.323.202	79.460.670	82.437.039
<b>IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>2.618</b>	<b>2.618</b>	<b>1.459</b>	<b>1.459</b>
<b>PROVEITOS SUPLEMENTARES</b>	<b>402.871</b>	<b>185.814</b>	<b>185.814</b>	<b>171.251</b>	<b>172.083</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS E SUB. CORRENTES OBTIDOS</b>	<b>319.206</b>	<b>451.586</b>	<b>451.586</b>	<b>473.225</b>	<b>473.225</b>
<b>OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>	<b>1.690.661</b>	<b>4.297.847</b>	<b>2.807.483</b>	<b>2.268.965</b>	<b>2.268.965</b>
(B)	82.673.543	83.417.978	81.770.703	82.375.570	85.352.770
<b>PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS</b>	<b>1.288.947</b>	<b>259.316</b>	<b>259.316</b>	<b>173.479</b>	<b>173.479</b>
(D)	83.962.490	83.677.294	82.030.019	82.549.048	85.526.249
<b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>2.786.304</b>	<b>1.459.996</b>	<b>1.459.996</b>	<b>1.455.701</b>	<b>1.455.701</b>
(F)	86.748.795	85.137.289	83.490.014	84.004.749	86.981.949
<b>RESUMO</b>					
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-2.601.725	-7.927.332	-12.144.416	-17.102.358	-17.030.947
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	1.270.201	255.376	255.376	147.540	147.540
Resultados Correntes: (D) - (C)	-1.331.523	-7.671.957	-11.889.040	-16.954.817	-16.883.406
Resultados Extraordinários: (F-D) - (E-C)	1.544.748	662.138	969.536	958.943	958.943
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)	213.224	-7.009.819	-10.919.504	-15.995.874	-15.924.463
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)	147.380	-7.009.819	-10.919.504	-15.995.874	-15.924.463

### 3.3 BALANÇO PREVISIONAL

Unidade: €

Contas	ATIVO				
	2014 Execução	2015 Proj. Exec.	2016 Proposta OE	2017 Projeção	2018 Projeção
<b>IMOBILIZADO</b>					
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	0	0	0	0	0
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Terrenos e recursos naturais	274.339	274.339	274.339	274.339	274.339
Edifícios e outras construções	7.784.926	7.084.542	6.679.437	7.479.922	8.214.284
Equipamento básico	2.016.996	2.996.353	2.760.389	2.708.231	2.499.998
Equipamento de transporte	0	12.746	8.960	3.916	172
Ferramentas e utensílios	975	3.107	8.593	3.794	294
Equipamento admin. e informático	269.594	250.521	465.389	770.634	723.149
Outras imobilizações corpóreas	11.802	117.088	342.673	431.297	521.195
Imobilizaç. em curso de imobil. corp.	104.867	0	0	0	0
<b>Sub-Total</b>	<b>10.463.499</b>	<b>10.738.696</b>	<b>10.539.780</b>	<b>11.672.133</b>	<b>12.233.431</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>2.665</b>	<b>10.469</b>	<b>0</b>	<b>63.720</b>	<b>115.458</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
<b>EXISTÊNCIAS</b>					
Matérias-primas,subsid.e consumo	1.785.843	1.696.551	1.781.379	2.007.206	2.038.629
<b>Sub-Total</b>	<b>1.785.843</b>	<b>1.696.551</b>	<b>1.781.379</b>	<b>2.007.206</b>	<b>2.038.629</b>
<b>DÍVIDAS DE TERC. - Curto prazo</b>					
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0
Clientes c/c	2.173.149	2.527.602	2.653.982	3.278.664	3.346.933
Utentes c/c	6.728	6.755	6.755	6.728	197.489
Instituições do Ministério da Saúde	4.321.456	4.333.527	4.550.203	4.609.656	4.620.668
Clientes e utentes cobrança duvidosa	58.933	69.038	94.720	107.602	309.832
Adiantamentos a fornecedores	30.200	24.160	2.500	0	0
Estado e outros entes públicos	341.399	341.399	358.469	444.096	444.096
Outros devedores	3.482.373	4.372.781	4.571.420	6.255.757	5.231.757
<b>Sub-Total</b>	<b>10.414.238</b>	<b>11.675.262</b>	<b>12.238.050</b>	<b>14.702.504</b>	<b>14.150.775</b>
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>					
Outras Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0	0
<b>DEPÓSITOS INST. FINANC./CAIXA</b>					
Conta no Tesouro	12.462.561	1.941.114	2.038.170	1.869.587	1.869.587
Depósitos em instituições financeiras	1.127	1.943	1.943	0	0
<b>Sub-Total</b>	<b>12.463.688</b>	<b>1.943.057</b>	<b>2.040.113</b>	<b>1.869.587</b>	<b>1.869.587</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de proveitos	2.756.584	1.913.908	2.009.603	1.182.195	851.748
Custos diferidos	349	349	20.000	39.513	39.513
<b>Sub-Total</b>	<b>2.756.933</b>	<b>1.914.257</b>	<b>2.029.603</b>	<b>1.221.709</b>	<b>891.262</b>
<b>Total de amortizações</b>	<b>64.748.095</b>	<b>60.080.214</b>	<b>61.614.119</b>	<b>63.870.831</b>	<b>65.744.466</b>
<b>Total de ajustamentos</b>	<b>1.687.698</b>	<b>1.735.149</b>	<b>1.819.676</b>	<b>2.459.043</b>	<b>1.999.533</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>37.886.865</b>	<b>27.978.292</b>	<b>28.628.924</b>	<b>31.536.858</b>	<b>31.299.142</b>

Unidade: €

Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
	2014 Execução	2015 Proj. Exec.	2016 Proposta OE	2017 Projeção	2018 Projeção
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>					
Património	65.930.000	67.230.000	67.230.000	67.230.000	67.230.000
Reservas:					
Reservas Legais	0	0	0	0	0
Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0
Reservas Contratuais	0	0	0	0	0
Reservas Livres	-6.555.350	-6.555.530	-6.555.530	-6.555.350	-6.555.350
Outras reservas	2.277.232	2.480.788	2.604.827	2.677.514	2.553.508
<b>Sub-Total</b>	<b>61.651.883</b>	<b>63.155.258</b>	<b>63.279.297</b>	<b>63.352.164</b>	<b>63.228.158</b>
Resultados transitados	-58.452.813	-58.305.433	-65.315.252	-76.234.756	-92.230.630
Resultado líquido do exercício	147.380	-7.009.819	-10.919.504	-15.995.874	-15.924.463
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>3.346.450</b>	<b>-2.159.994</b>	<b>-12.955.459</b>	<b>-28.878.466</b>	<b>-44.926.935</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>PROVISÕES</b>					
Provisões para cobranças duvidosas	0	0	0	0	0
Provisões para riscos e encargos	2.024.123	4.391.230	4.391.230	2.377.175	2.377.175
<b>Sub-Total</b>	<b>2.024.123</b>	<b>4.391.230</b>	<b>4.391.230</b>	<b>2.377.175</b>	<b>2.377.175</b>
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - Médio longo prazo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo</b>					
Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	10.667.970	6.753.263	7.090.926	5.561.937	5.561.937
Fornecedores c/c	5.223.522	6.202.237	16.428.820	34.383.262	48.643.371
Fornecedores de imobilizado c/c	172.601	320.160	579.891	1.349.000	1.349.000
Estado e outros entes públicos	1.651.334	1.568.764	1.647.202	1.869.587	1.889.120
Outros credores	1.920.571	1.520.278	1.596.292	2.188.473	3.107.912
<b>Total dívidas a terceiros</b>	<b>19.635.997</b>	<b>16.364.702</b>	<b>27.343.132</b>	<b>45.352.259</b>	<b>60.551.340</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de custos	10.497.996	9.353.354	9.821.022	10.967.817	11.579.488
Proveitos diferidos	2.382.300	29.000	29.000	1.718.075	1.718.075
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>12.880.296</b>	<b>9.382.354</b>	<b>9.850.022</b>	<b>12.685.891</b>	<b>13.297.562</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>34.540.416</b>	<b>30.138.286</b>	<b>41.584.383</b>	<b>60.415.325</b>	<b>76.226.077</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>37.886.865</b>	<b>27.978.292</b>	<b>28.628.924</b>	<b>31.536.858</b>	<b>31.299.142</b>

Considerando a evolução da despesa, antecipa-se que exista uma variação bastante negativa no que diz respeito à dívida a terceiros no triénio 2016-2018.

### 3.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

Unidade: €

Método Direto	2014 Execução	2015 Proj. Exec.	2016 Proposta OE	2017 Projeção	2018 Projeção
<b>Fluxos de Atividades Operacionais</b>					
<b>Recebimentos (+):</b>	<b>93.765.376</b>	<b>88.769.448</b>	<b>92.353.149</b>	<b>90.625.326</b>	<b>103.212.398</b>
Contrato-programa (produção)	75.014.738	72.200.775	70.450.622	71.638.398	71.542.307
Dívidas de Terceiros (outras entidades)	1.002.119	226.800	226.800	349.000	349.000
Contrato-Programa (convergência)					
Incentivos	2.222.262	1.405.941	1.371.861	3.104.486	3.200.577
Subsídios à Exploração					
Taxas Moderadoras (R)	1.460.898	1.355.703	1.162.500	1.162.500	1.162.500
Outros (inclui outros operacionais e extraordinários)	14.065.359	13.580.229	19.141.366	14.370.942	26.958.014
<b>Pagamentos (-):</b>	<b>-93.849.849</b>	<b>-100.381.733</b>	<b>-91.399.616</b>	<b>-89.874.566</b>	<b>-102.291.112</b>
Fornecedores e outros c/c	-36.654.611	-45.371.836	-34.788.832	-29.371.928	-28.769.631
Custos com Pessoal	-44.474.301	-42.374.994	-43.975.881	-47.857.208	-48.357.208
Transf. Correntes conced. e Prest. Sociais					
Outros (inclui outros operac. e extraord.)	-12.720.937	-12.634.903	-12.634.903	-12.645.430	-25.164.273
<b>Fluxos de Atividades Operacionais</b>	<b>-84.473</b>	<b>-11.612.285</b>	<b>953.533</b>	<b>750.760</b>	<b>921.286</b>
<b>Fluxos de Atividades de Investimento</b>					
<b>Recebimentos provenientes de (+):</b>	<b>324.472</b>	<b>272.776</b>	<b>409.868</b>	<b>1.216.531</b>	<b>1.216.531</b>
Investimentos Financeiros					
Imobilizações Corpóreas	3.063	0	150.552	1.043.052	1.043.052
Imobilizações Incorpóreas					
Subsídios ao Investimento					
Juros e Proveitos Similares	321.409	272.776	259.316	173.479	173.479
Dividendos					
Outros					
<b>Pagamentos respeitantes a (-):</b>	<b>-725.568</b>	<b>-841.557</b>	<b>-1.750.327</b>	<b>-2.514.167</b>	<b>-2.514.167</b>
Investimentos Financeiros	-1.896	-7.938	-10.653	-25.234	-25.234
Imobilizações Corpóreas	-723.671	-833.619	-1.739.674	-2.488.933	-2.488.933
Imobilizações Incorpóreas					
<b>Fluxos de Atividades de Investimento</b>	<b>-401.096</b>	<b>-568.782</b>	<b>-1.340.459</b>	<b>-1.297.636</b>	<b>-1.297.636</b>
<b>Fluxos de Atividades de Financiamento</b>					
<b>Recebimentos provenientes de (+):</b>	<b>10.112.438</b>	<b>1.664.893</b>	<b>487.922</b>	<b>402.288</b>	<b>402.288</b>
Empréstimos Obtidos					
Aumentos de Capital e P. Suplementares	9.800.000	1.300.000			
Subsídios e Doações	312.438	364.893	487.922	402.288	402.288
Vendas de Ações Próprias					
Cobertura de prejuízos					
<b>Pagamentos respeitantes a (-):</b>	<b>-25.680</b>	<b>-4.457</b>	<b>-3.940</b>	<b>-25.938</b>	<b>-25.938</b>
Empréstimos Obtidos					
Amortizações de Contratos de Leasing					
Juros e Custos Similares	-25.680	-4.457	-3.940	-25.938	-25.938
Dividendos					
Reduções de Capital e P. Suplementares					
Aquisição de Ações Próprias					
<b>Fluxos de Atividades de Financiamento</b>	<b>10.086.758</b>	<b>1.660.436</b>	<b>483.982</b>	<b>376.350</b>	<b>376.350</b>
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes</b>	<b>9.601.189</b>	<b>-10.520.631</b>	<b>97.056</b>	<b>-170.526</b>	<b>0</b>
Caixa no início do período	2.862.499	12.463.688	1.943.057	2.040.113	1.869.587
Caixa no fim do período	12.463.688	1.943.057	2.040.113	1.869.587	1.869.587
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 4. Declaração de conformidade OE2016

Anexo à Circular OE2016  
Série A 1379

**DGO**Orçamento

### Anexo XI

#### Declaração de conformidade do OE/2016

Programa	PO13 - Saúde
Ministério	12 - Saúde
Designação Serviço:	HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA GUIMARÃES, EPE
Código Serviço:	6517

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço ☒
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela ☐
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) ☒
- Demonstrações financeiras previsionais \* ☒
- Parecer do Fiscal Único \*\* ☐
- Documento comprovativo do NIPC/NIF \*\*\* ☒
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA e IIB)

O responsável máximo do serviço

FILIPPE MIGUEL NEVES RIBEIRO	Assinado digitalmente por FILIPPE MIGUEL NEVES RIBEIRO Localidade: Guimarães Data: 2016.01.04 15:30:37 +0000
---------------------------------------	--

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

\* Não aplicável aos Serviços Integrados.

\*\* Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

\*\*\* Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2016 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2015.



## 5. Aprovação do Mapa de Pessoal OE2016



Despacho n.º 12/2015

**Assunto: Aprovação do mapa de pessoal das entidades do Ministério da Saúde**

A gestão dos recursos humanos no respeito pelos princípios gerais de gestão criteriosa e de sustentabilidade económico-financeira é da responsabilidade do gestor de cada entidade.

Dadas as restrições orçamentais, as entidades devem ter em atenção que não devem aumentar o número de trabalhadores, face ao verificado em novembro de 2015, a não ser em situações excecionais avaliadas e aprovadas caso a caso pela tutela.

No respeito pelos princípios acima expressos, é dada a aprovação de princípio aos mapas de pessoal propostos pelas entidades do Ministério da Saúde, sujeitos, adicionalmente, às restrições abaixo elencadas:

- a) A execução orçamental não pode conduzir em nenhum momento a um aumento dos pagamentos em atraso, pelo que a elaboração do orçamento e o dimensionamento dos recursos humanos da entidade deve ser feito no respeito por este princípio;
- b) É responsabilidade do gestor da entidade garantir que as despesas com pessoal que propõe são consistentes com um orçamento equilibrado.
- c) É responsabilidade do gestor da entidade garantir o cumprimento de todos os normativos previstos na Circular nº 1379 da DGO, no que toca às normas para a orçamentação das despesas com pessoal.

A ACSS dará conhecimento do presente despacho às entidades relevantes do Ministério da Saúde.

Em 29 de dezembro de 2015.

O Secretário de Estado da Saúde,



Manuel Delgado

## 6. Parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos previsionais de gestão

Ribeiro, Pires, Sousa & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

### PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES E DE ORÇAMENTO PARA 2016

#### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei 3/2004 de 15 de janeiro, compete ao Fiscal Único "Dar parecer sobre o orçamento e suas revisões e alterações, bem como sobre o plano de atividades na perspectiva da sua cobertura orçamental".
2. Em 11 de janeiro de 2016, emitimos parecer apenas sobre o Orçamento para 2016, dado que até à data não estava disponível o Plano de Atividades.
3. Face à disponibilidade do mencionado Plano de Atividades o presente Parecer é relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2016 e por isso incorpora de forma substancial o parecer sobre o Orçamento emitido em 11 de janeiro de 2016.
4. Para os efeitos do art.º 31º, do n.º 1 do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do art.º 16º do Anexo II do Decreto-Lei 233/2005, de 29 de dezembro, republicado no Decreto-Lei 12/2015, de 26 de janeiro, apresentamos o nosso parecer sobre a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2016 do **HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA, GUIMARÃES, E.P.E. (HSOG)**, consistindo: no Plano de Atividades, no Orçamento das Receitas (que evidencia um total de 80.865.075 euros), no Orçamento das Despesas (que evidencia um total de 80.865.075 euros), e Memória Justificativa, Balanço Previsional (que evidencia um total de 28.628.924 euros) e Demonstração dos Resultados Previsionais (que evidencia um Resultado líquido previsto negativo de 11.819.403 euros)

#### RESPONSABILIDADES

5. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da proposta de Plano de atividades e orçamento, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
6. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos na proposta de Plano de Atividades e Orçamento acima referido, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ÂMBITO

7. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação contida na proposta de Plano de atividades e orçamento anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) *Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:*

- *a fiabilidade das asserções constantes da proposta de Plano de atividades e orçamento;*
- *a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;*
- *a apresentação da informação previsional;*

b) *na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os pressupostos, critérios e coerência.*

8. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão de presente relatório sobre a proposta de Plano de atividades e orçamento.

## ANÁLISE

### Análise do Plano de Atividades

9. O HSOG apresentou, em 31 de janeiro de 2017, o Plano de Atividades, em complemento ao Orçamento submetido em janeiro de 2016, sendo que para este último emitimos parecer em 11 de janeiro de 2016.

10. Neste Plano de Atividades foram considerados os dados do orçamento para 2016, bem como os elementos previsionais de 2017 e de 2018, sendo que os elementos previstos para 2018 foram considerados idênticos aos previstos para 2017.

11. As atividades para 2016 e objetivos, irão fazer parte do Contrato Programa a celebrar com a Administração Regional de Saúde Norte, IP (ARS Norte).

### **Análise da Proposta de Orçamento – Orçamento da Receita**

12. O Orçamento do HSOG, para o exercício económico de 2016, evidencia um saldo nulo. Com efeito, o total das previsões das receitas coincide com o total das previsões das despesas, ascendendo a 85.665.075 Euros.
13. A previsão de prestações de serviços ou de receitas a liquidar ascende a 74.535.978 Euros, assegurando a cobertura de 92,40% do total das despesas. O remanescente do total das despesas de 7,6%, que ascende a 6.129.097 Euros, tem financiamento garantido por receitas extraordinárias e receitas liquidadas em anos anteriores e a receber em 2016.
14. No que respeita à fonte de financiamento, 80.391.494 Euros (99,66%) provém de receitas próprias (fonte de financiamento 510) e 273.581 Euros (0,44%) provém de transferências de receitas gerais de programas comunitários (fonte de financiamento 480).

### **Análise da Proposta de Orçamento – Orçamento da Despesa**

15. Face a 2015, o orçamento de 2016 evidência um decréscimo de despesa de 9.750.618 Euros (-10,78%) que é explicado principalmente pelo decréscimo das aquisições de bens e serviços (-9.522.407Euros, -21,49%).
16. O total previsto de pessoas ao serviço do HSOG para o ano de 2016 ascende a 1.540, conforme o Mapa de Pessoal. Face a 31/12/2015, em que existem 1.476 efetivos em serviço, verifica-se um acréscimo de 64 (aproximadamente 4,34%). Relativamente a este acréscimo, o HSOG efetuou a sua comunicação ao Secretário de Estado da Saúde, para efeitos de aprovação, em 30 de dezembro de 2015.
17. O total previsto das despesas com o pessoal ascende a 43.851.808 Euros, e representa 54,36% do total do orçamento. Inclui 39.362.732 Euros respeitantes ao próprio ano, registados nas contas 64- Custos com o pessoal, e aproximadamente 4.489.076 Euros respeitantes ao ano anterior (encargos com férias e subsídio de férias), registados na conta 27- Acréscimos e diferimentos.

### **Análise das Demonstrações Financeiras Previsionais**

18. O Balanço previsional para 2016, evidencia um total de 28.628.924 Euros, um total de dívidas a pagar de 1.364.702 Euros e um total de dívidas a receber de 12.238.050 Euros, das quais 4.550.203 Euros (37,18%) respeitam a clientes - instituições do Ministério da Saúde.



19. Para a data de 31/12/2016, as previsões apontam para que as dívidas a receber registadas nas contas de clientes e instituições do Ministério da Saúde (incluindo outros devedores) ascendam a 11.782.360 Euros, representando 15,04% do total das prestações de serviços, refletindo um prazo médio de recebimentos de 1,81 meses. Refira-se que para os anos de 2013, 2014 e 2015 (previsão) este indicador evidencia os valores, em meses, de 1,33, 1,50 e 1,74, respetivamente, refletindo crescimentos sucessivos, ainda que ligeiros, até 2016.

20. Ainda para a data de 31/12/2016, as previsões apontam para que as dívidas a pagar a fornecedores (c/c e imobilizado c/c) ascendam a 17.908.609 Euros, representando 33,80% do total das despesas com as aquisições de bens e serviços<sup>1</sup>, refletindo um prazo médio de pagamentos de somente 4,06 meses. Refira-se que as dívidas a fornecedores, entre 2013 a 2015 (previsão), têm aumentado, e representam 6.196.996 Euros, 5.396.123 Euros e 6.522.397 Euros respetivamente. Entre 2015 (previsão) e 2016, as dívidas a fornecedores representam um aumento de 173,05%.

21. Para as datas de 31/12/2015 e 31/12/2016, as previsões de disponibilidades ascendem a 1.943.057 Euros e a 2.040.113 Euros, respetivamente, refletindo um acréscimo, entre as datas referidas, de 97.056 Euros (5%).

22. Os investimentos previstos ascendem a 2.319.565 Euros, sendo financiados por fundos próprios e programas comunitários.

23. O total de proveitos e ganhos previsionais ascende a 84.520.383 e o total de custos e perdas previsionais ascende a 96.799.781 Euros, pelo que o resultado líquido do exercício previsional é negativo e ascende a 11.819.403 Euros.

24. O Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (38.576.499 Euros), os Custos com o Pessoal (43.855.365 Euros) e os Fornecimentos e Serviços Externos (12.093.973 Euros) constituem as principais rubricas de custos e perdas, representando, face ao total, respetivamente, 39,85%, 45,31% e 12,49%. Em conjunto, representam 97,65%.

## PARECER

25. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima mencionados, tendo em consideração o referido nos pontos 16., 17. e 20. acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.



<sup>1</sup> Calculadas pelo somatório dos saldos das contas do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e aquisições de bens de capital.



26. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## ÊNFASES

27. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes factos:

27.1. No Orçamento da receita foram estimados valores a receber de Entidades públicas, sem existir confirmação por aquelas de que irão proceder aqueles pagamentos, pelo que foram registados como valores a receber de outras entidades.

27.2. Sem prejuízo da concretização dos objetivos previstos na proposta de orçamento, alertamos para o facto de os custos apresentados na Demonstração dos Resultados previsionais serem superiores aos valores apresentados no orçamento da despesa, o que conduzirá a um aumento das dívidas a fornecedores em 2016.

27.3. Na memória justificativa, os valores da Estimativa de 2015, correspondem ao orçamento para 2015, sobre o qual foi emitido parecer do Fiscal Único, com alterações efetuadas posteriormente, sem qualquer parecer emitido pelo Fiscal Único sobre as mencionadas alterações.

27.4. As demonstrações financeiras previsionais foram elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POC-MS), por imposição da Administração Central do Sistema da Saúde, I.P. (ACSS), contrariando o disposto no despacho da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, n.º 1.507/2014, de 30 de janeiro, alterado pelo despacho da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, n.º 3016-A/2015, de 24 de março, segundo o qual, o Sistema de Normalização Contabilística é aplicável às E.P.E., da área da Saúde.

Porto, 19 de fevereiro de 2017

O FISCAL ÚNICO

  
RIBEIRO, PIRES, SOUSA & ASSOCIADOS  
Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda  
Representado por  
Dr. Rui Alberto Mochado de Sousa  
ROC n.º 668